

FELISBELA LOPES

DOCENTE RESPONSÁVEL PELA UC DE JORNALISMO ESPECIALIZADO

OS PRIMEIROS 100 DIAS DO XXI GOVERNO CONSTITUCIONAL NA IMPRENSA PORTUGUESA

O desafio impunha-se numa Unidade Curricular de Jornalismo Especializado que integra o módulo de Jornalismo Político. Atravessando o XXI Governo Constitucional os primeiros 100 dias de governação e apresentando-se o respetivo primeiro-ministro com um propósito de mudar o ciclo político, era muito tentador seguir os passos dos governantes através daquilo que os media refletiam. O melhor meio para isso era a imprensa generalista portuguesa, editada ao ritmo diário. Por facilidade de acesso ao material, por permitir olhar com calma os conteúdos produzidos. Decisão tomada: seguiríamos a mediatização que os jornais diários fizeram nos 100 primeiros dias de governação, um tempo sempre simbólico para se criar aí uma marca daquilo que se quer ser. Seria um trabalho desenvolvido de forma partilhada. Estudantes e respetiva docente trabalhariam lado a lado. E assim foi.

A análise integrou os quatro jornais diários generalistas portugueses: *Diário de Notícias*, *Público*, *Jornal de Notícias* e *Correio da Manhã*. Os dois primeiros são jornais de referência e os outros dois apresentam uma linha mais popular. O nosso universo compôs-se apenas de artigos jornalísticos que tinham como ângulo noticioso a ação dos membros do Governo, excluindo-se os textos em que o Governo era apenas alvo da ação de outros atores sociais. A análise compreendeu o período entre os dias 27 de novembro de 2015 e 4 de março de 2016, totalizando 961 textos e 2165 citações de fontes de informação. A recolha de dados foi efetuada com recurso às versões digitais dos periódicos em causa, selecionando-se os cadernos principais desses títulos e excluindo-se as secções de Local (no *Público*) ou Porto (no *JN*). O universo recolhido foi sujeito a uma análise quantitativa dos textos, feita através do programa de análise estatística de dados *Statistics Package for Social Sciences* (SPSS), centrada em dois eixos de análise.

O primeiro eixo de análise procura caracterizar o texto através das seguintes variáveis: tipo de título (positivo, neutro, negativo), género jornalístico (notícia, reportagem, entrevista, perfil), tema (as categorias

seguem os ministérios que compõem o Governo), ângulo (apresentação/discussão de medidas, reversão de medidas, gestão corrente), agendamento (iniciativa dos *media*, eventos públicos, conferências de imprensa/comunicados, situação em curso), tamanho do texto (breve, médio, extenso), tempo (antecipação, dia anterior, ponto de situação), lugar (dividindo o nacional por regiões e o internacional por continentes).

O segundo nível de análise centra-se nas fontes de informação, analisadas do ponto de vista do leitor dos textos, não transportando o investigador para esse trabalho os conhecimentos prévios acerca de determinado indivíduo/documento. As fontes são caracterizadas quanto ao tipo (humana ou não humana), identificação (identificada, não identificada ou anónima), geografia, estatuto e ministérios. O estatuto das fontes de informação é encontrado a partir de uma tipologia por nós criada e que nos permite saber se estamos a lidar com fontes oficiais, especializadas ou outras.

Nos 100 primeiros dias de governação, os jornais diários portugueses publicaram 961 textos noticiosos com o enfoque centrado no trabalho dos governantes portugueses, ou seja, em média, cada jornal publicou 2,5 artigos por dia. E 43% apresentaram-se com uma extensão de mais de meia página. Foi grande a atenção que as redações consagraram ao Governo, fazendo recair sobre essa cobertura noticiosa um olhar positivo. Os governantes não podem, pois, acusar os jornalistas de verem sempre o copo meio vazio... Destes 294 artigos elegeram como tematização principal as finanças, ou seja, 30,5% do que foi publicado nesse âmbito. É uma percentagem elevada, também justificada por três acontecimentos que desencadearam uma forte noticiabilidade: a apresentação do programa do Governo, a crise no Banco Banif e a discussão e aprovação do Orçamento de Estado. Neste conjunto de textos que tiveram as finanças como tópico central, citaram-se 677 fontes (o total dos textos em estudo foi de 2165 fontes). São números elevados quando se fala apenas de um tema e quando existe um discurso político que anuncia um ciclo novo que pretende subalternizar uma ação política comandada pelas finanças, como aconteceu no Governo anterior.

Tendo em conta os resultados globais deste estudo, o primeiro-ministro não tem razões para se queixar da imprensa. Nos primeiros 100 dias de Governo, viveu o estado de graça dos políticos em início de funções, encontrando uma abordagem positiva em mais de metade dos artigos noticiosos que refletiram a atividade governativa. É verdade que António Costa tem o problema de a atualidade estar sempre muito presa às finanças e os jornalistas evidenciarem uma clara preferência por essa tematização. Mas dificilmente poderia ser diferente.

Percorrendo os textos, nota-se um certo domínio da agenda por parte do Governo. Mais de 40% do noticiário é feito a partir de eventos previamente marcados (reuniões, sessões na Assembleia da República, conferências, visitas...), 30% dos textos refletem situações em curso (e, portanto, de desenvolvimento conhecido), 10% resultam de comunicados (sendo essa percentagem seguramente superior, na medida em que muitas missivas dos gabinetes ministeriais não são explicitadas nas peças). Os jornalistas precisam, pois, de ganhar outra autonomia e de se soltarem de uma tematização que se declina de forma hegemónica a partir das finanças. É verdade que a aprovação do orçamento rectificativo, a discussão do programa de Governo, a resolução do caso Banif e o novo Orçamento empurraram a noticiabilidade para este *frame*, mas também é um facto que os jornais se habituaram a mediatizar este campo privilegiando a política financeira que trouxe os jornalistas das secções económicas para a área política, instalando aí uma determinada perspectiva. Será difícil no futuro próximo criar agendas alternativas, mas isso seria imprescindível para respirar a partir de outros domínios a vida de todos dias.

Para além dos temas, a análise procurou identificar as fontes de informação. As mais solicitadas são, naturalmente, as oficiais e aí há um óbvio protagonismo do primeiro-ministro e do ministro das Finanças, governantes que não necessitam de atrair a atenção dos jornalistas. Os *media* noticiosos acompanham-nos em permanência. Precisam apenas de comunicar com eficácia. Depois há ministérios com grande visibilidade pública e com estratégias dispare de comunicação. Por exemplo, o Ministério da Educação esforçou-se por neutralizar polémicas que aqui e ali se reacendiam em permanência enquanto o Ministério do Saúde, poupado a críticas, serviu-se deste tempo para anunciar sucessivas políticas em ambientes controlados e secundados por uma assessoria que ia complementando informação dada pelos governantes.

Olhados através dos jornais, estes primeiros 100 dias de governação não correram mal. O Presidente da República Aníbal Cavaco Silva esteve sempre em silêncio e os atores que emergiram (deputados e sindicatos) não atrapalharam (muito).

Abre-se agora espaço para os olhares que os estudantes escolheram para analisar estes primeiros tempos do XXI Governo Constitucional.

Citação:

Lopes, F. (2016). Os primeiros 100 dias do XXI Governo Constitucional na imprensa portuguesa. In F. Lopes (Ed.), *O Governo em notícia - análise dos 100 primeiros dias do XXI Governo Constitucional* (pp. 4-6). Braga: CECS.